

Resenha

DURKHEIM, Émile. “Apresentação – Émile Durkheim e o pragmatismo norte-americano” (CRÉPEAU, Robert R; LITAIFF, Aldo) (pp. 10-26). In: DURKHEIM, Émile. *Pragmatismo e Sociologia*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Ed. Da Unisul, 2004.

Domenica Martinez

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em *Educação: História, Política, Sociedade*, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
prof.domenica@gmail.com

Breve biografia do autor

Émile Durkheim nasceu em 1858, em Épinal, no noroeste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Filho de judeus, optou por não seguir o caminho do rabinato, declarando-se agnóstico. Depois de formar-se, lecionou na área de Ciências Sociais na Faculdade de Letras de Bordeaux de 1887 a 1902. A partir de 1902, foi auxiliar de Ferdinand Buisson na cadeira de Ciências da Educação na Sorbonne e o sucedeu em 1906. Morreu em 1917, supostamente pela tristeza de ter perdido o filho na Primeira Guerra Mundial, no ano anterior.

Considerado um dos pensadores mais expressivos que contribuiu para a consolidação da Sociologia como ciência empírica e disciplina acadêmica, consolidou-se como um pesquisador metódico e criativo. Foi o primeiro professor universitário de Sociologia e deixou um número considerável de seguidores.

Durkheim viveu em uma Europa conturbada por guerras e em processo de modernização. Sua produção intelectual reflete a tensão entre valores

e instituições que estavam desmoronando e formas emergentes que ainda estavam se delineando. Seu pensamento pode ser balizado pela Revolução Francesa e a Revolução Industrial e pelo conjunto de idéias que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formulado por autores como *Saint-Simon* (1760- 1825) e *Auguste Comte* (1798- 1857), que passariam a ocupar posição de destaque na história da Sociologia.

Introdução

Esta resenha foi elaborada com objetivo de esclarecer alguns conceitos do pensamento de Durkheim, mesmo que a partir da apresentação de um texto póstumo em que se apresenta uma nova visão do autor diante de suas convicções iniciais a respeito da Sociologia, sobretudo no que se refere às representações sociais. Se por um lado a proposta fica aquém de alguma contribuição efetiva ao conhecimento suscitado pelo estudioso, por outro expressa o interesse pelos temas trazidos no texto escolhido no que se refere à perspectiva em a realidade é interpretada, o que contribui quando se objetiva pensar acerca da educação na infância.

Resumo e Considerações sobre a obra

A obra *Pragmatismo e Sociologia* atribuída a Émile Durkheim foi publicada pela primeira vez por Armand Culliver em 1955. Trata-se de uma coletânea de “vinte lições” que Durkheim ministrou na Universidade de Sorbonne tendo como tema o pragmatismo, entre dezembro de 1913 e maio de 1914, resgatadas das anotações de alguns de seus alunos. Portanto, é uma obra fundamentada em anotações não efetivamente aprovadas pelo autor. De qualquer modo, mesmo sabendo-se que pode ser baseada em interpretações sem o rigor e a autorização de Durkheim, a obra é interessante, haja vista a abordagem sociológica frente ao pragmatismo.

Interessado em formular uma teoria sociológica da verdade e do conhecimento baseada na noção de “representação coletiva”, Durkheim observa no pragmatismo uma possibilidade de aprofundar suas reflexões, sobretudo voltando-se a problemas iminentes de sua teoria social no que se refere à superação da dualidade entre sujeito e objeto, das verdades primitivas (sentimentos humanos), enfim, do fomento a uma realidade superior em que as relações humanas pudessem ser estabelecidas de forma harmoniosa, superando o que o racionalismo francês mantinha estagnado.

A crítica às verdades consideradas como julgamentos universais e necessários é o que ele interpreta como uma das principais contribuições dessa teoria. Seu interesse é sustentado pela pretensão de ao mesmo tempo criticar e renovar o racionalismo francês. Por isso, ao mesmo tempo em que vai ao encontro de alguns princípios do pragmatismo norte-americano, opõe-se a algumas formulações dessa teoria.

Exemplo disso é a consideração dos pragmatistas a respeito da verdade, a qual deveria ser interpretada como “cópia dos objetos”. Esta noção permitiu a Durkheim aprofundar-se na elaboração de seu entendimento sobre as “representações sociais”. No entanto, quanto à crítica ao racionalismo e ao empirismo elaborada por William James – o qual postulou o vínculo indissociável entre o pensamento e a vida, ou a existência espiritual e humana – mantinha uma concepção contrária. Enquanto James sustentava que o essencial ao entendimento da verdade é a experiência, e que, portanto, deve ser entendida como dependente da ação humana, Durkheim interpretava que as categorias e os conceitos são “representações coletivas” e não somente o resultado da experiência individual. No entanto, em sua concepção tardia de verdade, o indivíduo recebe um papel ativo, como o criador de categorias sociais, ou seja, o sujeito passa a ser cada vez mais a origem de seu próprio movimento, dando sua contribuição concreta às representações coletivas. Deste modo, Durkheim opõe-se ao pragmatismo “nominalista” de William James e aproxima-se do pragmatismo “social” e simbólico proposto por George Herbert Mead. O distanciamento da proposta pragmática de James foi devido, sobretudo, ao fato de interpretá-la como pertencente a um propósito individualista. Isso era oposto a sua convicção em que considerava a perspectiva individualista insuficiente para estabelecer os conceitos como representações sociais realizadas coletivamente. Opondo-se ao idealismo empirista atribuído ao pragmatismo de James, Durkheim aposta no tratamento naturalista da sociedade feito por uma “nova ciência da sociologia”.

No que se refere ao empirismo, sustentava que a razão não existia, por ser uma forma de experiência individual. Isso porque se considerada individualmente não haveria como analisá-la, uma vez que desta forma seria colocada fora do alcance da natureza e da análise científica. Em contraposição a isso, sugere a “origem social das categorias”. A respeito disso, afirma: “em definitivo, é o pensamento que cria o real, e o papel eminente das representações coletivas é o de ‘realizar’ uma realidade superior que é a própria sociedade” (p.16).

O autor entende que naturalmente o homem é um ser social e, portanto, os conceitos que formula devem ser estabelecidos a partir das representações coletivas, de modo que as crenças e opiniões sejam harmônicas, postulando uma representação coletiva na realização de uma “realidade superior”, em que a objetividade seria garantida por ser coletiva. As representações coletivas seriam, assim, representações aperfeiçoadas do mundo. Para tanto não podem ser consideradas como ferramentas úteis de mudanças sociais, mas como a própria realização de um mundo aperfeiçoado, na mediação entre sujeito e objeto. Com isso, o autor buscava superar a dualidade do “esquema” (representações coletivas) e “conteúdo” (coisas ou realidades representadas), na medida em que creditava nas idéias verdadeiras (representações coletivas) a funcionalidade. Enquanto para William James as idéias são verdadeiras porque funcionam, para Durkheim elas funcionam porque são verdadeiras. A partir disso constata-se mais uma discordância de Durkheim sobre o pragmatismo de James.

A respeito da verdade, Durkheim elabora as verdades mitológicas e as verdades científicas. Entende as primeiras como um corpo de proposições aceitas sem controle, que só são consideradas verdadeiras em relação ao sujeito que as pensa; e as segundas como representações coletivas submetidas à verificação e controle, em corresponderiam ao mundo tal como ele é e não como as idéias que a sociedade faz a respeito de si mesma. As verdades científicas expressam “alguma coisa que está por fora e acima dos indivíduos”, por ser um mesmo objeto para todos (p.17). Para tanto, sugere que haja uma unidade intelectual, pois atribui a ela a capacidade de tomar o objeto em sua realidade objetiva, representando as coisas por meio de um entendimento impessoal, puramente objetivo. Essas duas verdades são elaboradas a partir do entendimento que tem da necessidade em superar problemas apresentados na Sociologia quanto à busca pelo entendimento objetivo da realidade coletivamente. Para tanto, aponta algumas definições necessárias no que se refere aos conteúdos e aos esquemas.

Sobre os conteúdos o autor os caracteriza em termos afetivos e percebe nisso um problema. Entende que o mundo sensível segue as leis do entendimento puro; sua representação implica na emoção, que é imprecisa e inconsistente. Embora identifique que a classificação científica se dá ao passo que há o enfraquecimento da afetividade social, aposta na ciência como um padrão de

medida, inclusive da afetividade. Já o “representacionismo”, a parte que cabe aos esquemas, é entendido por meio de uma “metáfora visual que implica na interpretação dos signos, símbolos e imagens visuais constitutivas dessa representação pelo ator ou agente social” (p.20). Por isso, o conceito ou palavra deve ser entendido como elemento bruto, dentro de uma análise semântica precedida de exatidão de julgamentos. Deste modo, Durkheim apresenta uma possível superação do dualismo entre sujeito e objeto, transposta à tensão entre “fatos brutos” (conceitos e palavras; significados; conteúdos) e “fatos sociais” (relações sociais; significantes externos atribuídos de significados; esquemas). Ao estruturar as representações coletivas em fatos brutos e sociais, o autor politiza a relação entre esquema e conteúdo, sem, no entanto, propor modelos de ações para intervir nos resultados das relações sociais e significados delas suscitados. Durkheim considera divergentes pensamento e ação e, ao assim fazer, critica o pragmatismo voltado à “utilidade pura”. Entrementes pondera essa teoria em suas possibilidades de fomentar uma “razão prática”.

Para Durkheim, a ação planejada não é necessária uma vez canalizada e controlada pela hierarquia dos códigos e das normas, os quais são manifestações das ações anteriores e de sua fixação na memória e nos textos orais ou escritos. Todavia, não concebe a sociedade como um universo de discursos, uma vez que não a considera um processo, mas uma entidade. Nela existem verdades primitivas, tais como as sentimentais, para onde devem ser voltados “princípios práticos” em razão de uma sociedade harmoniosa, ou uma realidade superior. Neste entendimento, Durkheim encontra possibilidades no pragmatismo.

Durkheim observa no pragmatismo a possibilidade de uma nova perspectiva às interpretações sociais, a qual não se daria por meio de ações utilitaristas, mas na própria percepção dos sujeitos sobre si mesmos diante da concepção de uma “representação coletiva” necessariamente existente. O autor expressa em suas cautelas frente ao pragmatismo proposto por William James, a convicção da necessidade de uma ação interpretativa dos significados pelos sujeitos sob a razão, com vistas à superação dos problemas existentes em sua teoria social. Considera a sociedade a expressão da realidade emanada de significados de sujeitos que devem lidar com seus sentimentos racionalmente não por interpretações causais ou utilitárias, mas necessárias a si, em acordo com uma representação coletiva. Deste modo,

uma realidade superior a atual instalar-se-ia *per se*, sendo desnecessária qualquer intervenção sobreposta à realidade vigente, uma vez que se assim fosse, em nada mudaria sua lógica. A teoria social estruturalista de Durkheim demanda ajustes na comunicação entre sujeitos, e a proposta em suas “vinte lições”, sob a interpretação de Crépeau e Litaiff, é que esses ajustes sejam efetivados por meio de uma “razão prática” que poderia efetivar-se na educação escolar desde a Educação Infantil.

Recebido em abril de 2010

Aprovado em junho de 2010